



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

**DCELT DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2022**



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2022

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
RELATÓRIO DIRETORES – ADMINISTRAÇÃO.....	4
Balancos Patrimoniais.....	17
Demonstração dos Resultados.....	19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	20
Demonstração dos Fluxos de caixa – Método Indireto.....	21
Notas Explicativas.....	23



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com grande satisfação que comunico a vocês o fechamento do balanço financeiro da DCELT referente ao exercício de 2022. Apesar dos desafios enfrentados pelo setor de energia elétrica no país, conseguimos manter uma gestão financeira responsável e eficiente, apresentando um resultado financeiro positivo no último ano com 343,60% acima de 2021.

Destaco o aumento dos Ativos Financeiros Setoriais e Intangível, que representa um avanço na nossa capacidade de investimentos no setor elétrico, e o lucro líquido do exercício de R\$ 4,2 milhões, que demonstra que mantivemos nossa disciplina de custos e principalmente o compromisso da nossa equipe em buscar soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios do setor.

Apesar dos sólidos resultados econômicos temos dificuldades de fluxo de caixa visto dois importantes pontos: 1. Impontualidade e inadimplência que continuam altas desde os anos de 2020 com o início do COVID-19 e a insistente taxa de juros do nosso país que estimula a impontualidade com contas de consumo; 2. Aumento significativo de MMGD (Minigeração e Microgeração distribuída) que gera impacto no curto prazo com redução do consumo e sobrecontratação de energia, principalmente devido a cotas impostas pela agência reguladora.

Efetivamos em 2022 o lançamento do nosso projeto "DCELT DE OLHO NO FUTURO, AGINDO NO PRESENTE" onde apresentamos investimentos e diretrizes para este ciclo tarifário, e, avançamos em diversas etapas ainda em 2022 onde entregamos a plataforma de relacionamento (APP DCELT), importante ferramenta para o consumidor que consegue em minutos efetivar diversos serviços, aumentamos a frota em 17 % de veículos leves e instalamos 20 tripsavers.

Ancorados nessa estratégia clara de expansão sustentável, em 2022 investimos mais de R\$ 12 milhões na expansão, confiabilidade e inteligência de nossas redes, onde o principal é a construção do novo alimentador que ligara a subestação de Xanxerê a Xaxim, que finalizaremos em maio de 2023, demonstrando o foco na experiência de qualidade e aumento da satisfação de nossos mais de 40 mil consumidores.

Não poderia deixar de informar que recentemente efetivamos uma operação de debêntures de infraestrutura incentivada no valor de R\$ 23,638 milhões, que os recursos serão utilizados para investimentos aprovados pelo projeto do Ministério de Minas e Energia em nossa área de concessão.

Muitos desafios estão por vir e seguiremos firme com nosso compromisso com a sustentabilidade financeira e a responsabilidade social e ambiental continua firme, e, reforço o empenho de toda a DCELT, com nosso propósito e estratégia de longo prazo de consolidar e reconquistar nossa posição de destaque no setor elétrico.

Agradeço a todos os nossos acionistas, consumidores e parceiros pela confiança.

Leandro Parizotto
Presidente DCELT



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

RELATORIO DIRETORES – ADMINISTRACAO

A Administração da DCELT DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. submete à apreciação as Demonstrações Econômico-Financeiras da companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação regulatória e demais normas legais acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Esses demonstrativos refletem os atos e operações da empresa, bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. Toda a documentação relativa à prestação de contas se encontra a disposição dos Senhores Acionistas e estamos à disposição de esclarecimentos adicionais.

Este relatório de administração tem como objetivo apresentar uma análise da gestão e desempenho da Dcelt, que atua no setor de energia. Através deste documento, serão abordados diversos aspectos relacionados à estratégia empresarial, estrutura organizacional, a gestão de recursos humanos, a capacidade de inovação, a visão estratégica da empresa e resultados financeiros da organização, abordando o desempenho operacional.

Com base nas informações apresentadas neste relatório, espera-se fornecer uma visão abrangente sobre a Companhia e seus resultados, contribuindo para uma melhor compreensão sobre a gestão do setor de energia e os desafios enfrentados pelas empresas do segmento.

PERFIL

A DCELT é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios, Bom Jesus e parte dos municípios de Ipuacú e Cordilheira Alta, todos localizados na região oeste do Estado de Santa Catarina. Para atender a demanda de 40.786 unidades consumidoras em uma área de concessão de 1.252 km², a DCELT conta com 104 colaboradores próprios, dispõem de uma estrutura com 2.387,20 km de redes de distribuição SENDO 674,75 Km na área urbana e 1.712,45 na área rural. Com sede em Xanxerê-SC, passou de sociedade Limitada para Sociedade Anônima em 16/09/2022, com capital fechado, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina-JUCESC sob o protocolo 222933291, passando a ter seu NIRE com número 42300058297. Fundada em 20 de março de 1959, contando atualmente com 24 acionistas.

CONTEXTO SETORIAL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela DCELT é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão nº 50/99, que foi elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária. O marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica

O setor de energia é de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social do país, sendo fundamental para o funcionamento de diversos segmentos da economia. Nesse contexto, a Dcelt tem desempenhado um papel crucial ao fornecer energia de qualidade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região onde atua.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

AMBIENTE MACROECONOMICO

O ano de 2022 foi um ano de superação para a economia, no início, soavam projeções conservadoras após dois anos difíceis pós pandemia COVID-19, mas com expectativa de retomada da economia mais substancialmente. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em 31 de dezembro de 2021, a projeção para 2022, era de IPCA de 5,03%, Taxa Selic de 11,50% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,36%.

O conservadorismo era justificado, apesar da expectativa citada, devido ser um ano de Eleições Presidenciais, que sempre gera uma instabilidade para a economia nacional.

Assim, os temores em relação ao cenário fiscal, aliados a guerra entre Rússia e Ucrânia (ainda instaurada) pressionaram os custos de operação como um todo, gerando ao longo do 1º trimestre já uma alavancagem da inflação. Especificamente no setor elétrico, devido à redução parcial dos benefícios da Microgeração e Minigeração Geração Distribuída ter data para finalizar em janeiro de 2023, ocorreu um crescimento desordenado comprometendo com fortes impactos nos balanços energéticos das distribuidoras, onde percebe-se grande necessidade de ação pelo órgão regulador para ajustar o equilíbrio econômico dos agentes com destaque as distribuidoras.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, a inflação medida pelo IPCA, encerrou 2022 com 5,79 %. Como medida para conter a alta da inflação (poderia ser maior), a Taxa Selic, que caiu até a mínima histórica de 2,0% em 2020, alcançou seus 13,75% ao final de 2022.

Quanto ao PIB, a economia encerra 2022 com crescimento de 2,9%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), bem acima da projeção, impulsionado pelos setores serviços e na indústria.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), informou que o consumo nacional do Brasil de energia nos anos de 2020, 2021 e 2022 foram sucessivamente 476.568.900, 502.565.797 e 508.708.094 todos em GWh demonstrando um aumento de 1,22% em relação a 2021 e de 6,74% em relação ao ano de 2020.

Liberalização do Mercado de Energia

Os estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW, incluindo o comercializador regulado de energia e proposta de cronograma de abertura iniciando em 1º de janeiro de 2024 estão sendo efetivados para impacto no mercado da DCELT.

A PORTARIA NORMATIVA Nº 50/GM/MME, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022, prevê que a partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, nos termos da regulamentação vigente, poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, afetando diretamente o balanço energético e a receita operacional.

AMBIENTE REGULATORIO

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São revistos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis Parcela A e corrigido os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base de 28 de agosto, deduzido o Fator X. A cada cinco anos realiza-se a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio do capital (WACC) aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O quinto ciclo de revisão tarifária periódica da DCELT ocorreu em 28 de agosto de 2021, sendo que a próxima ocorrerá em 28 de agosto de 2026, denominado de sexto ciclo de revisão tarifária periódica (6CRTP). As metodologias aplicáveis a quinta revisão tarifária periódica das concessionárias é definida nos Módulos 2 e 7 do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária) que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas e disponíveis na página da ANEEL.

Reajuste Tarifário de 2022

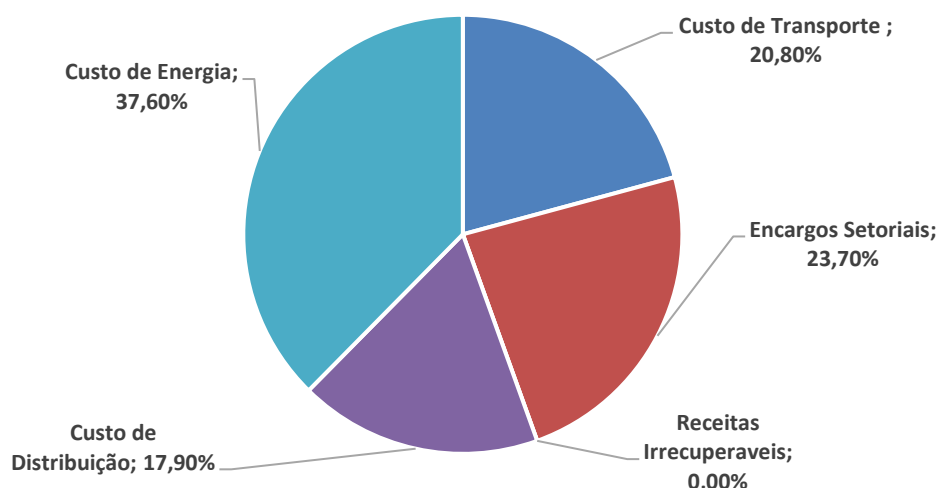
Em 28 de agosto de 2022, através da Resolução Homologatória nº 3.097 de 23/08/2022 a ANEEL homologou as tarifas de fornecimento de energia elétrica da DCELT. O Reajuste Tarifário de 2022 da DCELT conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 8,79%, sendo de 8,22%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 9,09%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. O efeito médio nas tarifas de 8,79% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculados conforme estabelecido no contrato de concessão, para formação da Receita Requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário, que vigoraram até a data do reajuste em processamento, e (iv) da aplicação da Lei nº 14.299 de 05 de janeiro de 2022.

O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito e julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS contribuiu para a redução do efeito médio para o consumidor.

As novas tarifas entraram em vigor em 28 de agosto de 2022 e são fixadas e publicadas pela ANEEL, sendo acrescida na aplicação pelos PIS, COFINS e ICMS.

Composição da Tarifa de Energia

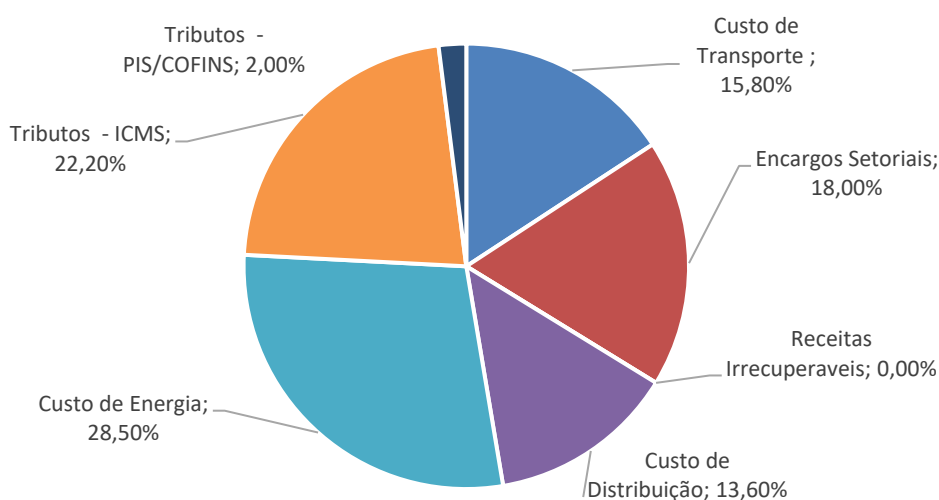
Abaixo demonstramos a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da Receita Anual da concessionária para o ciclo 2022/2023.





Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

A seguir ilustramos a participação de cada segmento na composição da receita da distribuidora com os tributos destacados separadamente, e podemos perceber que o percentual destinado a Distribuidora líquido de imposto é de 13,60%.



DIRETRIZES

A DCELT tem como diretrizes básicas:

- Aprimorar a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica de maneira universal com a qualidade exigida pela regulação e requerida pelo mercado.
- Promover e incentivar o desenvolvimento e o progresso de empresas e dos municípios de sua área de concessão.
- Fomentar a constante valorização dos recursos humanos.
- Capacitação para enfrentar as dificuldades provenientes do momento de profundas transformações na forma de consumir energia com a perspectiva de abertura total do mercado nos próximos anos
- Participar ativamente da sociedade, incentivando melhores práticas, preservando o meio ambiente, fazendo o uso consciente da energia e dos recursos naturais, promovendo práticas inclusivas, praticando a caridade junto a entidades assistenciais e incentivando a prática de esportes.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

DCELT EM NÚMEROS

Sistema Interligado

A DCELT recebe a energia elétrica gerada pelo sistema interligado, estando conectada eletricamente aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, formando a Região Sul. No Estado de Santa Catarina o município de Xanxerê é privilegiado, pois é onde se localiza um dos mais fortes pontos de conexão entre o sistema de distribuição com o sistema de transmissão interligado. A maior parte da energia elétrica fornecida para a região Oeste de Santa Catarina é transmitida a partir de Xanxerê.

Distribuição, Linhas e Redes:

A posição no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em 2022 segue abaixo:

DESCRIÇÃO	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL	TOTAL
Postes (n.)	14.596	17.345	31.941
Extensão RD (Km)	675	1.712	2.387
Trafos (Potência) Kva	76.720	59.318	136.038
Quantidade de Trafos (n.)	893	2.459	3.352

Equipamentos de Rede

No ano de 2022 foram efetivados muitos investimentos, mas vale destacar o projeto do **novo alimentador XX4** com extensão de aproximadamente **20 km**, onde serão instalados (parte efetivado em 2022 e parte em 2023). Além disso foram efetivados entre movimentações e acréscimos na área de concessão em geral as instalações abaixo:

- Instalados 333 transformadores de distribuição;
- Instalados 943 postes;
- Instalados 2743 medidores;
- Instalados 2 painéis de medição;
- Instalados 120 reguladores de tensão;
- Instalados 8 religadores;
- Instalados 20 tripsaver.

Estes equipamentos proporcionaram manter o sistema elétrico com excelência em qualidade técnica e, enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas as exigências do mercado de energia elétrica na área de concessão da DCELT.

A DCELT possui o COD – Centro de Operação da Distribuição, este Centro comanda e supervisiona todas as operações da distribuição da área de concessão, especialmente nas manutenções de emergências, com o que sistema MIG da empresa USEALL. Em 2022 o MIG foi atualizado para a versão WEB que agilizou a operação em mais de 20% em relação ao processo anterior.

Em 2022 também foi aprovado o investimento no sistema SCADA (gerenciamento de todos os equipamentos de inteligência da rede de distribuição como os religadores automáticos, evitando a necessidade da equipe ir a campo por questões mais simples) com desenvolvimento da equipe interna em treinamento. E para o ano de 2023 será investido diretamente no upgrade do software.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Qualidade do Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia elétrica pode ser avaliada através dos indicadores de continuidade do fornecimento DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora), FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora), o índice TMA (tempo Médio de Atendimento de Ocorrências) e o índice DGC (desempenho Global de Continuidade).

Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição – PRODIST que além da metodologia de cálculo determina os limites padrões de continuidade. A evolução destes desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

<u>Indicadores</u>	<u>ANEEL</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
DEC	11,00	10,91	10,00	6,34	7,50	7,21
FEC	10,00	7,14	6,89	5,26	5,53	6,14
TMA		115,51	154,67	142,69	95,96	103,50
DGC		0,94	0,88	0,55	0,62	0,63

Atendimento ao Consumidor

O atendimento ao consumidor é um aspecto crucial no pilar do projeto “DCELT DE OLHO NO FUTURO AGINDO NO PRESENTE”, e foi por isso que o lançamento do novo aplicativo APP DCELT foi executado e liberado antes do lançamento oficial do projeto de investimentos para o mercado.

O APP DCELT foi desenvolvido com a intenção de tornar o atendimento ao consumidor mais eficiente, rápido e fácil. Ele foi projetado para ser fácil de usar e acessível para todos, independentemente da experiência tecnológica. Com sua interface intuitiva e funcionalidades avançadas, o aplicativo melhora significativamente a experiência do consumidor com necessidades como: aviso de falta de energia, consultar histórico de fatura, efetivar pagamento da fatura por pix, desligamentos programados, segunda via de fatura, solicitar conta digital, e muito mais.

O aplicativo também permite que os usuários entrem em contato com a equipe de atendimento ao consumidor de forma rápida e fácil, dando acesso direto ao site, instagram, facebook, e-mail ou telefone.

No geral, o lançamento deste novo aplicativo é uma excelente notícia para os consumidores. Desde o lançamento até o fechamento de dezembro de 2022 temos 7.100 usuários utilizando o mesmo. A fase II já está em andamento com previsão de lançamento para maio de 2023.

É importante também ratificar que o site da DCELT está em constante evolução, onde constam todas as regulações necessárias para os consumidores efetivarem suas obras e demandas com mais informações. Além disso temos no site a AGÊNCIA VIRTUAL que oferece além das funcionalidades já citadas do APP DCELT, também todos os serviços disponíveis pela DCELT.

O Centro de Teleatendimento - CTA, da DCELT, proporcionou atendimento ao consumidor durante as 24 horas do dia, para o consumidor que prefere atendimento telefônico.

Todos nossos canais estão disponíveis para informações, reclamações e serviços e para o ano de 2022 os protocolos registrados por canal de atendimento foram:

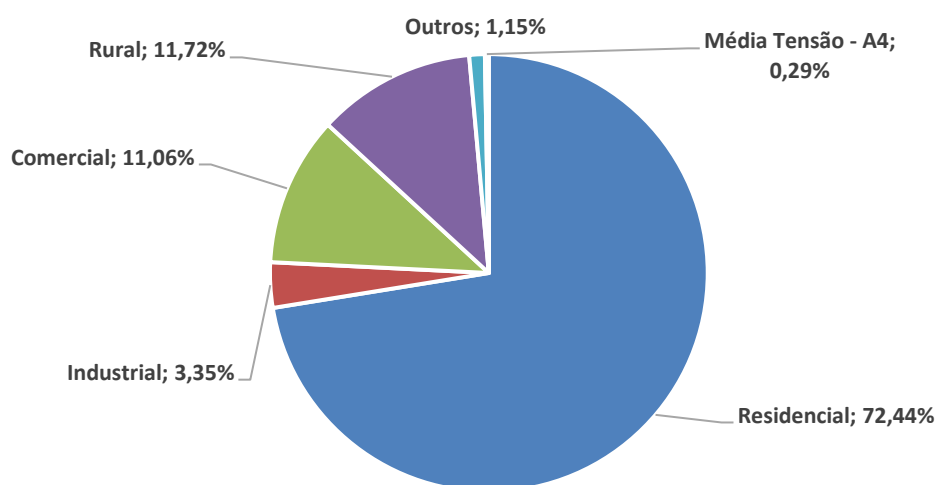


Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

ATENDIMENTO CONSUMIDOR	QUANTIDADE
APP DCELT	20.265
CTA (Teleatendimento)	45.467
Agência virtual	95.031
Chatbot + Email	7.549
Agencias físicas	81.146
TOTAL	249.458

Número de Consumidores Conectados

Encerramos o ano com 39.824 unidades consumidoras conectadas ao sistema de distribuição da DCELT, divididas por classes de consumo, como podemos observar no gráfico abaixo.

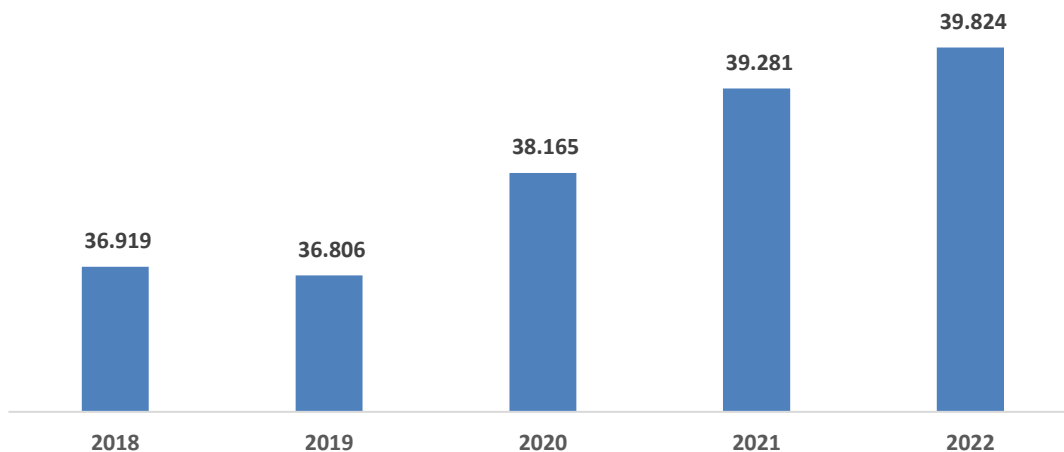


No gráfico abaixo observa-se o crescimento ao longo dos anos e nota-se a variação de 1,38% de 2021 para 2022. O número de consumidores abaixo são o total de consumidores conectados no último dia de cada ano demonstrado.



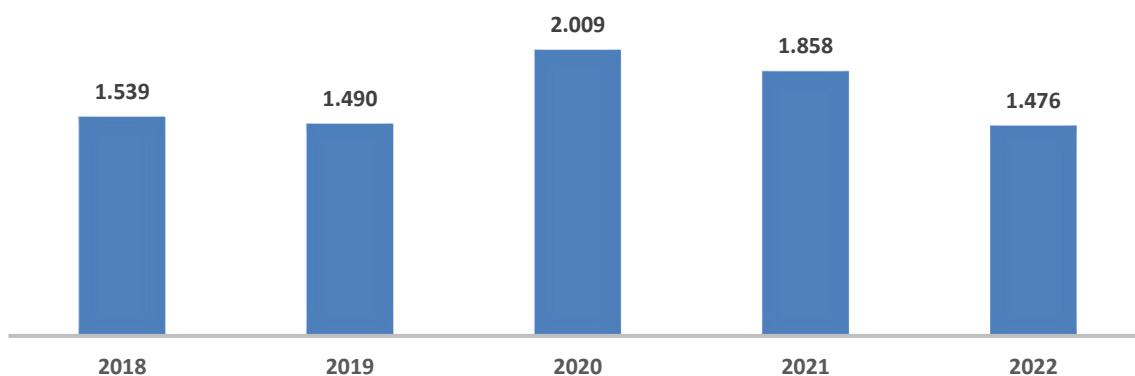
Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

N. DE CONSUMIDORES CONECTADOS



Foram atendidos em ligações novas durante o ano de 2022 o número de 1.476 consumidores. Foram efetuados 933 desligamentos, totalizando no final do ano 39.824 Unidades Consumidoras conectadas, com isso registrando um crescimento líquido de 543 unidade consumidoras. Nos gráficos abaixo podemos acompanhar o crescimento das ligações novas, o líquido das ligações menos os desligamentos.

LIGAÇÕES NOVAS



Balanco Energético (MWh)

O balanço energético abaixo reflete o nível de energia adquirida para o atendimento do mercado de consumo de energia elétrica em 2022. A DCELT encerrou 2022 com um volume de energia total distribuída acumulada de 264.625 GWh, aumento de 5,94% em relação a 2021, apesar de todas as adversidades enfrentadas. Vale ressaltar o crescimento de 157,51% da Mini e Microgeração (Geração Distribuída – GD).



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Balço Energético - MWh	2022	2021	2022/2021
Contrato Bilateral	124.420	158.776	-22%
Itaipu	42.829	44.128	-3%
Proinfa	4.408	4.487	-2%
Angra	8.000	8.393	-5%
Cotas	56.185	54.704	3%
Microgeração	28.784	11.178	158%
Total Energia Requerida Bruta	264.625	281.666	-6%
Energia vendida mercado cativo faturado	201.779	194.787	4%
MVE	-	32.678	-100%
MCP	30.530	20.244	51%
Perdas Técnicas e Não Técnicas e Transmissão (compras)	32.316	33.957	-5%
Total de Energia (Mercado Cativo)	264.625	281.666	-6%

Mercado de Energia Distribuidora e Vendida

O consumo total de energia elétrica na área de atuação da DCELT no ano 2022 foi de 201.779 MWh no mercado cativo, um crescimento de 4% comparado a energia vendida de 2021. No quadro a seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Destacamos também que o total de consumo faturado foi de 202.775 MWh, onde a diferença com o consumo líquido de 996 MWh refere-se as taxas mínimas cobradas de consumidores que não consomem o mínimo regulatório, num percentual menor que 0,5%.

Mercado Cativo - MWh	2022	2021	2022/2021
Residencial	71.433	67.750	5%
Industrial	28.547	28.129	1%
Comercial	42.841	40.949	5%
Rural	39.312	39.356	0%
Poder Público	5.085	4.411	15%
Iluminação Pública	9.698	9.598	1%
Serviço Público	4.788	4.520	6%
Consumo Próprio	75	74	1%
TOTAL	201.779	194.787	4%
LIVRE - Distribuída	107.183	118.515	-10%
TOTAL CATIVO + LIVRE	308.962	313.302	-1%



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Percentualmente percebemos que o mercado residencial permanece próximo aos 35% nos últimos 2 anos, assim como o Industrial e Comercial em 21% e 14,5% respectivamente.

Mercado Cativo – MWh	2022	2021
Residencial	35,40%	34,78%
Industrial	14,15%	14,44%
Comercial	21,23%	21,02%
Rural	19,48%	20,20%
Poder Público	2,52%	2,26%
Iluminação Pública	4,81%	4,93%
Serviço Público	2,37%	2,32%
Consumo Próprio	0,04%	0,04%
TOTAL	100%	100%

Perdas

A redução deste item é uma busca constante da DCELT, através de investimento na modernização de seus equipamentos e fiscalização nas fraudes.

Em 2022 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas como realização de mais inspeções, substituição de medidores obsoletos e/ou com possível defeito, levantamento e Fiscalização da Iluminação Pública.

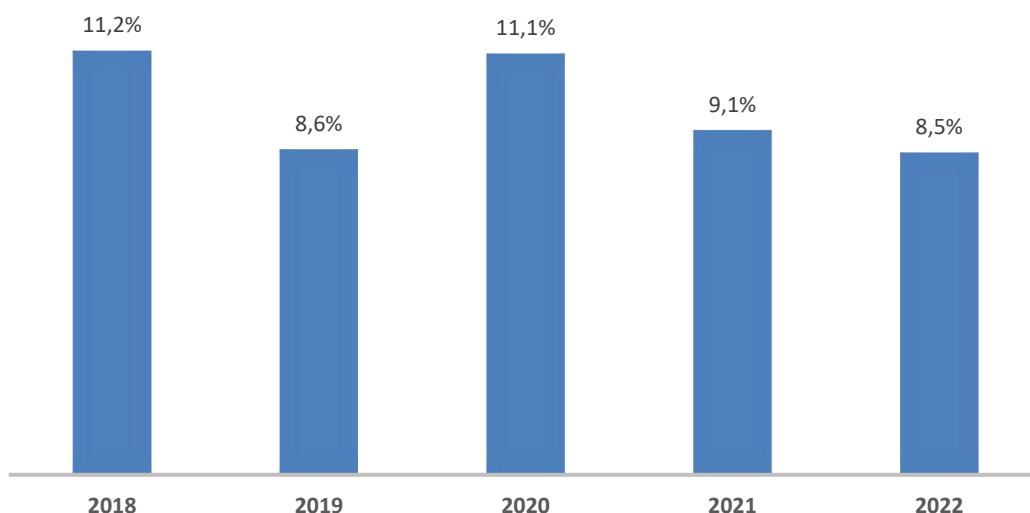
As perdas de energia elétrica são definidas pela diferença entre a energia requerida e a energia fornecida pela distribuidora, conforme RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 956, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021 – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional –PRODIST – Módulo 1, assim, foi ajustada a metodologia dos cálculos.

Observa-se a redução significativa entre o ano de 2021 e 2022 impacto referente a Geração Distribuída que teve aumento de 157% como já demonstrado e com a energia sendo gerada próxima ao local de consumo o percentual de perda tem impacto direto.



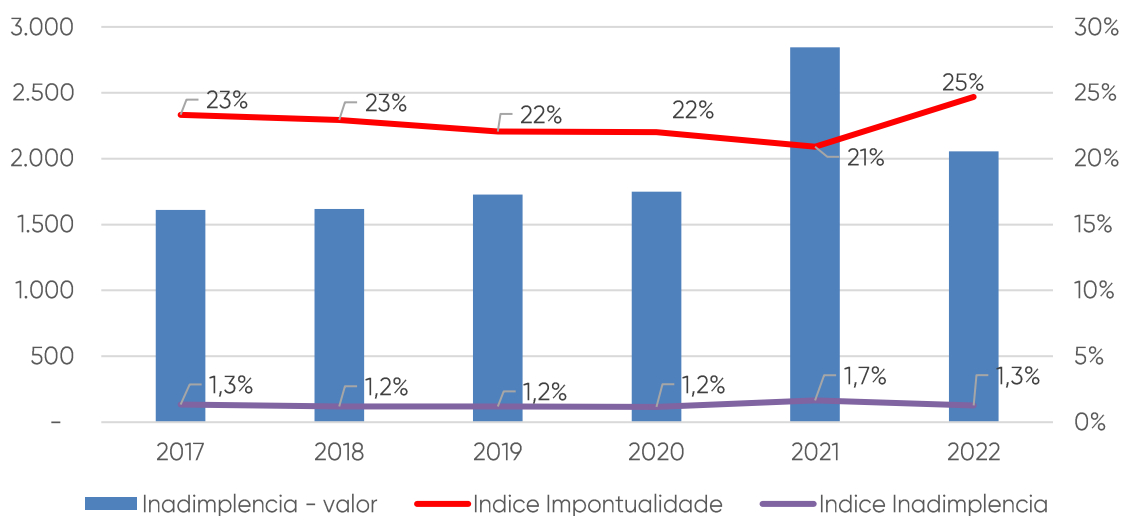
Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

PERDAS TOTAIS



Inadimplência

O índice de arrecadação é impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia. O gráfico abaixo, em milhares, retrata o índice que é a razão entre a arrecadação dos últimos 12 meses sobre contas vencidas sobre o faturamento 12 meses da DCELT.





Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Investimentos no Sistema Elétrico

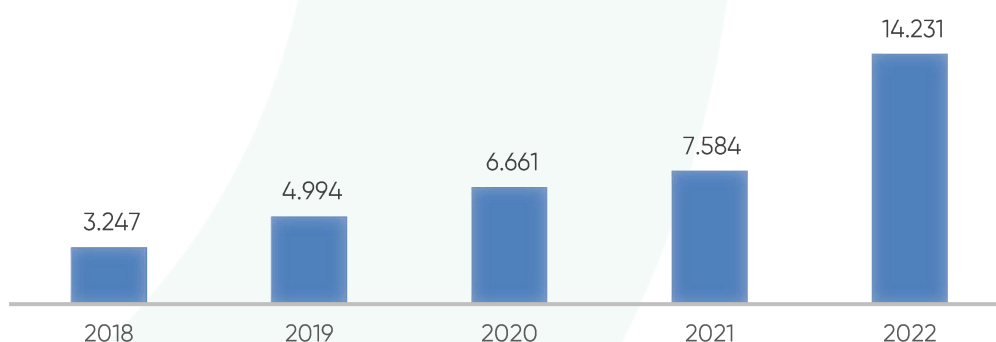
No ano de 2022, a DCELT executou as obras atendendo as solicitações do mercado bem como os trabalhos de manutenção preventiva do sistema elétrico, entretanto executou também o início de diversos investimentos principalmente na REDE DE DISTRIBUIÇÃO que terão melhorias significativas para o ano de 2023 em diante.

INVESTIMENTO	2022	2021*
Linhas e Redes	12.872.776	5.532.218
Medidores	587.854	1.979.839
Tecnologia/Informação/Comunicação	68.632	6.754
Painéis de Medição	51.047	14.930
Outros	650.857	50.104
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	14.231.166	7.583.845

* ajustado conceito de custos adicionais

O crescimento significativo no ano de 2022 é identificado no gráfico abaixo onde percebe-se a variação de 188% em relação a 2021 e 438% em relação a 2018.

INVESTIMENTOS R\$MIL



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2022, o lucro líquido foi de R\$ 4.267 mil, que em 2021 foi de R\$ 1.242 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 122.403 mil, enquanto em 2021 situou-se em R\$ 128.120 mil. Apesar da redução da ROL, os custos e despesas operacionais totalizaram em 2022, R\$ 112.410 mil, contra R\$ 128.028 de 2021, apresentando uma redução de 12,20%. A variação apresentada nos custos operacionais é referente a redução na compra e transporte de energia, custos estes que representaram 78,56% dos custos totais e que variaram no período com redução de 4,13%.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

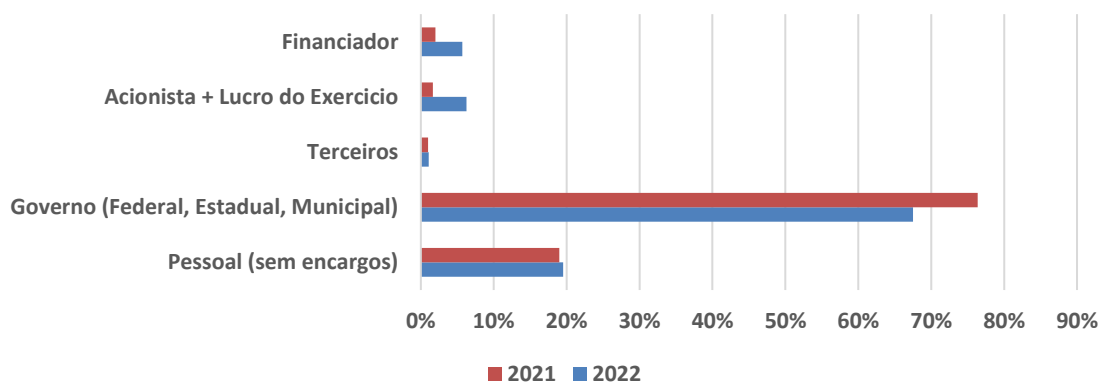
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	122.403	128.120
Custos/Despesas Operacionais	(112.410)	(128.058)
RO antes do resultado financeiro	9.993	62
Resultado Financeiro	(1.761)	1.063
Resultado antes do IR e CSLL	8.232	1.125
IR - CSLL	(3.965)	117
Lucro líquido do exercício	4.267	1.242
N. ações	25.966	25.966
R\$ / ações	164,34	47,83

Estrutura de Capital

Em dezembro de 2022 a estrutura de capital perfazia 21% para capital de terceiros, e, a DCELT emitiu Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de DEBÊNTURES simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, que foi efetivada em fevereiro de 2023 após posicionamento da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica Ltda e o 1ª (primeiro) aditamento da DEBENTURES citada.

Valor Adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido produzido como riqueza pela Companhia foi de R\$ 68 milhões, representando 41,46% da Receita Operacional Bruta, já em 2021 foi de R\$ 75 milhões, e representava 40,76%. Apresentamos a seguir a distribuição do valor adicionado (DVA):



Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com a legislação setorial a DCELT destina 1% da sua receita líquida operacional (ROL), para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte para melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

Serviços de Auditoria Independente

A DCELT conta com os serviços de auditoria externa da TATICCA Auditores Independentes S.S., para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Prezamos pela independência profissional dos auditores na contratação de seus serviços, portanto, no exercício de 2022 não contratamos junto aos Auditores Independentes qualquer serviço de consultoria de forma a assegurar que não ocorra possibilidade de conflito de interesse.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa equivalentes de caixa	4	926	8.578
Consumidores e clientes	5	18.422	24.637
Impostos e contribuições a recuperar	10	211	229
Estoque		1.473	864
Serviços pedidos em curso	7	21	64
Adiantamentos a fornecedores		22	392
Exposição involuntária	8	1.097	1.845
Alienação de bens e direitos		-	308
Ativos Financeiros Setoriais	29	29.614	24.495
Investimentos temporários		105	-
Outros créditos a receber	9	758	124
		<u>52.649</u>	<u>61.536</u>
Não circulante			
Consumidores e clientes	5	7.581	-
Depósitos judiciais	18	38.164	35.550
Impostos e contribuições a recuperar	10	16	30
Imposto de renda e contr. social diferidos	25	2.042	2.218
Ativos Financeiros Setoriais	29	5.814	13.549
Imobilizado	11	78.250	68.679
Intangível	11	192	2
		<u>132.059</u>	<u>120.028</u>
Total do ativo		<u><u>184.708</u></u>	<u><u>181.564</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	14.478	15.364
Empréstimos e financiamentos	14	5.934	248
Obrigações Trabalhistas	17	2.788	2.923
Impostos e contribuições a recolher	15	7.483	18.707
Dividendos e JSCP		126	117
Encargos do Consumidor	16	6.353	9.539
Passivos financeiros setoriais	29	21.490	21.993
Outras contas a pagar	19	1.474	2.366
		<u>60.126</u>	<u>71.257</u>
Não circulante			
Fornecedores	13	38.159	35.434
Empréstimos e financiamentos	14	26	196
Provisão processos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	3.578	4.188
Passivos financeiros setoriais	29	8.319	14.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	3.339	-
Obrigações Vinculadas a Conc. e Perm.S.P.En.Elét.	20	41.594	38.724
Outras contas a pagar	19	7.602	24
		<u>102.617</u>	<u>93.036</u>
Patrimônio líquido			
Capital Social	21	6.388	6.388
Reservas de lucros		457	457
Reserva de avaliação patrimonial		9.104	9.104
Lucros (prejuízos) acumulados		6.016	1.323
		<u>21.965</u>	<u>17.271</u>
Total do passivo		<u>184.708</u>	<u>181.564</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	22	122.403	128.120
Custos/Despesas Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	23	(47.765)	(64.392)
Encargo uso sistema transm./distribuição	23	(40.548)	(40.528)
Pessoal	23	(13.320)	(14.233)
Material	23	(1.741)	(1.082)
Serviços de terceiros	23	(3.383)	(3.369)
Depreciação e amortização	23	(1.515)	(1.433)
Arrendamentos e aluguéis	23	(736)	(731)
Outros	23	(3.402)	(2.290)
		<u>(112.410)</u>	<u>(128.058)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>9.993</u>	<u>62</u>
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	24	(3.885)	(1.507)
Receitas financeiras	24	2.124	2.570
		<u>(1.761)</u>	<u>1.063</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>8.232</u>	<u>1.125</u>
Imposto de renda e contr. social - corrente	25	(23)	-
Imposto de renda e contr. social - diferido	25	(3.515)	341
		<u>(3.538)</u>	<u>341</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>4.694</u></u>	<u><u>1.466</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

ITENS	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Reserva de Reav. Patrimonial</u>	<u>Recursos Dest. Aum. Capit.</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do Pat. Líquido</u>
31/12/2020	6.388	457	1.897	228	(144)	8.826
Reservas de Reavaliação	-	-	7.207	(228)	-	6.979
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.466	1.466
31/12/2021	6.388	457	9.104	-	1.322	17.271
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.694	4.694
31/12/2022	6.388	457	9.104	-	6.016	21.965

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Demonstração dos Fluxos de caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(4.694)	(1.466)
AJUSTE ITENS S/DESEMBOLSO DE CAIXA	(1.515)	(1.560)
Amortizações Imobilizado/Intangível	(1.515)	(1.560)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) AJUSTADO (1)	(6.629)	(3.026)
AUMENTO OU REDUÇÃO DO ATIVO (2)	12.311	52.099
Aplicações Financeiras	105	-
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES LÍQUIDO	1.367	10.254
Contas a Receber de Clientes	1.464	10.386
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(97)	(132)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(31)	172
Estoques	608	92
Serviços pedidos em curso	(43)	3
Adiantamentos a Fornecedores	(370)	159
Exposição involuntária	(748)	570
Alienação de Bens e Direitos	(308)	(586)
Outros créditos a receber	788	(2)
Ativos Financeiros Setoriais	(2.770)	35.245
Depósitos judiciais	2.613	1.245
Imposto de Renda e contr. Social Diferidos	(176)	341
Atividades de Investimentos	11.276	4.606
Investimentos deduzido O.E./Ativo F.Conc./Intangível	14.231	5.809
Aquisições de Bens e Direitos	14.231	5.809
Baixa de Bens e Direitos	(2.955)	(1.203)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO PASSIVO (3)	1.550	(50.500)
Fornecedores	(1.839)	(36.059)
Folha de Pagamento	(71)	(21)
Impostos e Contribuições a Recolher	11.224	(10.013)
Encargos do Consumidor	3.185	(3.462)
Passivos Financeiros Setoriais	6.654	(34.057)
Outras Contas a Pagar	(6.685)	(1.487)
Provisão para Processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	610	34.653



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dividendos	(6)	(18)
Juros s/Capital Próprio	(3)	(13)
Tributos Diferidos	(3.339)	-
OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	(2.869)	(157)
Obrigações Especiais	(5.146)	(1.932)
Amortização das obrigações Especiais	2.277	1.775
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.516)	463
Ingresso (Amortização) Empréstimos e Financiamentos	(5.507)	253
Atualizações monetárias S/Empréstimos	(9)	(18)
Aumento de Capital	-	228
Fluxo de Caixa (consumido)/Originado Atividades Operacional (1+2+3)	(7.652)	1.428
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo de Caixa no início do Exercício	8.578	7.150
Saldo de Caixa no final do Exercício	926	8.578
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA	(7.652)	1.428

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto onde indicado outra forma)

1. Contexto Operacional

A DCELT Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, fundada em 29 de março de 1959, com sede em Xanxerê-SC, concessionária do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica autorizada a operar nos municípios Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios e Bom Jesus, e parte dos Municípios de Cordilheira Alta e Ipuacú todos na região oeste do Estado de Santa Catarina. Conforme Portaria n. 197, de 22 de junho de 1999 do Ministério de Minas e Energia, Resolução ANEEL 88/1999 e Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 050/1999-ANEEL sua atividade é a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, na área de que é titular. (CNAE: 35.14-0-00).

A Companhia possui acionistas controladores, entre eles, a Netherinvest Participações Ltda., empresa com sede em São Paulo no Estado de São Paulo que tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente no setor de energia elétrica e outros setores.

2. Base de apresentação

Na data de 16/09/2022, através de Assembleia Geral Extraordinária de sócios, foi deliberado a transformação do tipo jurídico da Sociedade de Empresária Limitada para Sociedade por Ações de Capital Fechado, com aprovação do Estatuto Social, conforme arquivamento nº 42300058297 na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis regulatórias auditadas estarão disponíveis no site www.dcelt.com.br a partir de 30 de abril de 2023.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

As Demonstrações Contábeis Financeiras Regulatórias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023.

2.2. Moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração da Companhia faça



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas ao menos no encerramento de cada exercício. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3. Principais Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Contrato de concessão

O ICPC 01 - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações contábeis: a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1 - Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócios da Companhia. A Administração da Companhia julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. (Conforme demonstrado na nota 22).

3.2. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamentos Técnicos CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas quando houver necessidade. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

3.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

3.4. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, as quais são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a um risco mínimo de valor, estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.8. Consumidores e clientes

Engloba o fornecimento de energia faturada e da energia não faturada (esta por estimativa) referente a dezembro de 2022, contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda: a) os impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia; b) serviços prestados, acréscimos moratórios e outros; c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada em valor considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir as perdas na realização das contas a receber, e considera ainda, as disposições contidas na Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. (nota 5).

3.9. Almoxarifado Operacional

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo imobilizado e valorizados pelo custo médio de aquisição.

3.10. Demais ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

3.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.12. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.13. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

A Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em Outras Contas a Receber e/ou a Pagar, em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

3.14. Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em nossas Demonstrações Contábeis Regulatórias, a DCELT Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica S.A., não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

3.15. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

4. Caixa e equivalentes de caixa

CONTAS	2022	2021
Contas Bancárias a Vista	609	8.559
Numerário em Trânsito	2	19
Aplicações	315	-
TOTAL	926	8.578



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2022	2021
Santander	CDB DI DIG PJ	04/12/2023	Pós 100% CDI	315	-

5. Consumidores e Clientes

	2022	2021
CONTAS CIRCULANTE		
Contas a receber de consumidores faturada	12.922	14.295
Contas a receber de consumidores não faturado	2.886	3.537
Outras	2.843	7.052
	<u>18.651</u>	<u>24.884</u>
Perdas Estimadas p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(622)	(525)
Rendas a receber	393	278
Total de conta a receber de clientes	<u>18.422</u>	<u>24.637</u>
CONTAS NÃO CIRCULANTE		
Consumidores e Clientes	7.581	-
Total de contas a receber de clientes	<u>26.003</u>	<u>24.637</u>

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Na rubrica "Outras", está somado o valor de R\$ 2.241 que se refere a ação de cobrança de diferença de tarifa conforme Processo Nº 080.05.001460-9/0001174-91.2019.8.24.0080, já transitado/julgado, aguardando somente o cálculo para cumprimento de sentença com penhora de bens, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25.

O valor referente ao total de R\$ 7.581 em Consumidores e Clientes no Ativo Não Circulante refere-se a contas a receber de consumo – Microgeração e Minigeração.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de atualização monetária pelo IGP-M, juros de 1% pro rata dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma por idade de vencimento:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Classe do consumidor	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Total 2022
Residencial	3.312	796	283	4.391
Industrial	1.190	142	157	1.489
Comércio, Serv. e Outras Atividades	1.814	191	56	2.061
Rural	1.419	256	169	1.844
Poder Público	315	6	1	322
Iluminação Pública	274	-	-	274
Serviço Público	249	-	-	249
Subtotal	8.573	1.391	666	10.630
Fornecimento não faturado	2.886	-	-	2.886
Encargo Uso da Rede Elétrica	2.596	-	-	2.596
Serviço Taxado	-	73	10	83
Outras	9.689	97	22	9.808
TOTAL	23.744	1.561	698	26.003

Classe do consumidor	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Total 2021
Residencial	3.880	1.081	199	5.160
Industrial	1.961	260	181	2.402
Comércio, Serv. e Outras Atividades	2.805	385	81	3.271
Rural	1.668	504	130	2.302
Poder Público	375	14	10	399
Iluminação Pública	423	-	-	423
Serviço Público	336	-	-	337
Subtotal	11.449	2.244	601	14.294
Fornecimento não faturado	3.537	-	-	3.537
Encargo Uso da Rede Elétrica	2.042	-	-	2.042
Serviço Taxado	-	42	11	53
Comercialização Energia CCEE	2.387	-	-	2.387
Outras	2.148	158	18	2.324
TOTAL	21.563	2.444	630	24.637



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

6. Provisão para Perdas Esperadas (PELCD)

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

	2021	Provisões Adições	(Reversão)	2022
Contas a receber de consumidores faturados	525	7.471	(7.374)	622
Total circulante	525	7.471	(7.374)	622

	2020	Provisões Adições	(Reversão)	2021
Contas a receber de consumidores faturados	394	5.424	(5.293)	525
Total circulante	394	5.424	(5.293)	525

	2022			2021		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber líquidos
Fornecimento de energia	13.516	(594)	12.922	17.831	(501)	17.330
Comercialização energia-CCEE	-	-	-	2.387	-	2.387
Disponibilidade rede elétrica	2.596	-	2.596	2.042	-	2.042
Outros recebíveis	2.932	(28)	2.904	2.888	(10)	2.878
Total	19.044	(622)	18.422	25.148	(511)	24.637
Ativo circulante			18.422			24.637
Energia de Micro e Minigeração a faturar*	7.581	-	7.581	-	-	-
Ativo não circulante			7.581			-
Total Ativo			26.003			24.637

*Informação a partir de 2022 por nova metodologia

Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição e comercialização de energia elétrica.

A composição das contas a receber de fornecimento de energia por classe de consumidor, está demonstrada como segue:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	4.391	(504)	5.160	(200)
Industrial	1.489	(151)	2.402	(149)
Comercial	2.062	(49)	3.271	(85)
Rural	1.844	(109)	2.302	(66)
Poderes públicos	321	(1)	399	(1)
Iluminação pública	274	-	423	-
Serviços públicos	249	-	337	-
Não faturado	2.886	-	3.537	-
Total	13.516	(594)	17.831	(501)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	11.458	(504)	14.985	(421)
Saldos vencidos:				
90 dias	1.391	(61)	2.244	(63)
Entre 91 e 180 dias	56	(3)	149	(4)
Entre 181 e 360 dias	145	(6)	92	(3)
Acima de 361 dias	456	(20)	361	(10)
Total	13.516	(594)	17.831	(501)

No exercício de 2022, os saldos vencidos reduziram em R\$ 4.315 em relação ao exercício de 2021, sendo que a sua maioria foi em redução do faturamento por redução do ICMS no ano de 2022. Abaixo percebemos a perda de crédito esperada demonstrada no quadro abaixo:

Varição das perdas de créditos esperadas – PCE

Itens:	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(394)	(394)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(28)	(19)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	28	20
Saldo final do exercício	(394)	(393)

Em 31 de dezembro de 2022, as Perdas de Crédito Esperada – PCE, totalizaram R\$ 28 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2021).



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Políticas contábeis e julgamentos críticos

Política contábil

As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

Estimativas e julgamentos críticos

A companhia mensura as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes de curto prazo por meio de utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos e compreende resumidamente em:

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

7. Serviços pedidos em curso

O saldo de R\$ 21 (R\$ 64 em 31/12/2021) refere-se aos valores de Ordens em Curso de Manutenção de Redes Elétrica.

8. Subvenção CDE

O saldo de R\$ 1.097 (R\$ 1.845 em 31 de dezembro de 2021) compreende aos Créditos CDE a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ANEEL homologa o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, considerando o que determina a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

9. Outros créditos a receber

	2022	2021
Subvenção baixa renda	92	42
Despesas Pagas Antecipadamente	19	19
Desativações em Curso	137	63
Empréstimos	510	-
	<u>758</u>	<u>124</u>

10. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	21	16	31	30
Imposto de Renda	133	-	139	-
Contribuição Social	55	-	56	-
Outros	2	-	3	-
	<u>211</u>	<u>16</u>	<u>229</u>	<u>30</u>

Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado à razão de 1/48 (um quarenta e oito avos), de acordo com o Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

11. Imobilizado/Intangível

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxa média anual de Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Em serviço			
Intangíveis	0,00%	382	382
Terrenos	0,00%	3.697	3.697
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	726	726
Máquinas e Equipamentos	4,23%	120.581	113.735
Veículos	14,29%	1.090	1.515
Móveis e Utensílios	6,25%	362	357
		<u>126.838</u>	<u>120.412</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

(-) Reintegração/Amortização Acumulada

Intangíveis	(380)	(380)
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(549)	(533)
Máquinas e Equipamentos	(54.710)	(53.016)
Veículos	(727)	(937)
Móveis e Utensílios	(342)	(340)
	<u>(56.708)</u>	<u>(55.206)</u>
Total em serviço	70.130	65.207
<u>Em curso</u>		
Intangíveis	191	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	112	-
Máquinas e Equipamentos	2.572	1.406
A ratear	12	5
Material em depósito	5.424	2064
	<u>8.311</u>	<u>3.475</u>
(-) Obrig. especiais vinc. a concessão	<u>(41.594)</u>	<u>(38.724)</u>
Total em curso	<u>33.283</u>	<u>(35.249)</u>
Total Imobilizado e intangível	<u>78.441</u>	<u>68.681</u>

(a) Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

(b) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

(c) Reavaliação Regulatória Compulsória

Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico- MCSE, a Companhia registrou em 2021, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis do subgrupo 1232 – Ativo Imobilizado e subgrupo 2223 – Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da conta contábil específica do subgrupo 2403 – Patrimônio Líquido.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

#	DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1	ODI 48329/22 – Redes	1.211
2	ODI 73587/22 – Redes	862
3	ODI 91943/21 – Redes	801
4	ODI 50416/22 – Redes	526
5	ODI 89754/22 – Redes	492
6	ODI 70874/22 – Reguladores	487
7	ODI 94492/22 – Redes	252
8	ODI 54862/21 – Redes	205
9	ODI 89760/21 – Redes	194
10	ODI 92900/21 – Redes	187

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

#	DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1	ODD 12062/22 – Redes	94
2	ODD 6890/22 – Redes	60
3	ODD 27362/22 – Redes	44
4	ODD 64110/22 – Redes	38
5	ODD 12064/22 – Redes	22
6	ODD 21917/22 – Redes	20
7	ODD 28961/22 – Redes	18
8	ODD 89760/22 – Redes	13
9	ODD 52547/22 – Redes	13
10	ODD 6892/22 – Redes	11

Imobilizado em curso

O saldo do imobilizado em curso está constituído da seguinte forma:

ITEM	2022	2021
Obras em andamento	2.333	1.411
Materiais em depósito	5.426	2.064
TOTAL	7.759	3.475



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

12. Partes relacionadas e as Garantias das partes relacionadas

As transações entre a Companhia e seus acionistas controladores referem-se exclusivamente a avais, em operações usuais de financiamentos com instituições financeiras.

A Companhia tem seus avalistas, os acionistas controladores e/ou seus diretores, em montante do passivo para os contratos de financiamento abaixo listados:

Instituição	Posição 31/12/2022	% do aval	Início	Término	Principais Avalistas
Banco do Brasil	151	100	dez/13	set/24	Netherinvest Ltda Participações
Total	151				

Em 31 de dezembro de 2022 na Nota n. 09 Outros Créditos a receber consta R\$ 510 referente a operação de empréstimos com a acionista avalista e cedente de garantia fidejussória.

13. Fornecedores

Circulante	2022	2021
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.594	2.739
Celesc Distribuição S/A (a)	4.600	3.634
Focus Energia Ltda	4.424	4.088
Materiais	112	82
Serviços	332	203



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Materiais e Serviços de imobilizado	1.928	528
Mercado de Curto Prazo	488	4.090
Passivo Circulante	14.478	15.364
Não Circulante		
Celesc Distribuição S/A (b)	38.159	35.434
Passivo Não Circulante	38.159	35.434

(a) - O valor de R\$ 4.600 refere-se ao Contrato de Uso do Sistema de Distribuição com a Celesc S/A, competências novembro/2022 (parte) e mês de dezembro/2022.

(b) - O valor de R\$ 38.159 refere-se a despesa já reconhecida e contabilizada em seu período de competência, da Celesc S/A processo nº 080.08.00414-8/000, restando somente decisão final da mesma para finalização do pagamento da referida obrigação através de depósito judicial já efetuado.

14. Empréstimos e financiamentos

<u>OPERAÇÃO</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FINAME	151	278
Outras operações	5.809	167
TOTAL	5.960	445
Parcela de circulante	5.934	248
Parcela de não circulante	26	197

a) Composição e condições pactuadas

<u>Instituições financeiras / credores*</u>	<u>Captação</u>	<u>% - Juros</u>	<u>Índice correção</u>	<u>Saldo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
CCB	3.156	0,36% am	CDI	2.764	2.764	-
CAPITAL GIRO	3.046	0,80% am		3.046	3.046	-
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	150	124	26
TOTAL 2022				5.960	5.934	26

*Valores em moeda Nacional



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

<u>Instituições financeiras / credores*</u>	<u>Captação</u>	<u>% - Juros</u>	<u>Índice correção</u>	<u>Saldo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
CCB	441	0,36% am	CDI	167	122	45
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	278	126	152
TOTAL 2021				445	248	197

14.1 Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (líquido dos custos a amortizar):

<u>Instituições financeiras / credores</u>	<u>FINAME/CCB</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo inicial - 31/12/2020	680	680
Ingressos	-	-
Encargos	66	66
Baixas de principal	(238)	(238)
Baixas de juros	(63)	(63)
Saldo final - 31/12/2021	445	445
Ingressos	11.859	11.859
Encargos	150	150
Baixas de principal	(6.344)	(6.344)
Baixas de juros	(150)	(150)
Saldo final 31/12/2022	5.960	5.960

14.2 Composição da parcela do não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos (em R\$ mil):

<u>Ano</u>	<u>Finame</u>	<u>Total</u>
2023	10	10
2024	16	16
TOTAL	26	26

14.3 Garantias

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem como garantia os próprios bens, cessão fiduciária de recebíveis e aval dos sócios quotistas controladores.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

15. Impostos e contribuições a recolher circulante e não-circulante

Circulante	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ICMS	7.006	17.935
INSS	-	254
FGTS	338	103
Programa de Integração Social – PIS	11	70
Contribuição Financiamento da Seguridade Social – COFINS	53	323
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF 3ºs	41	12
Imposto Sobre Serviço – ISS	13	10
Taxas	21	-
	<u>7.483</u>	<u>18.707</u>

16. Encargos do consumidor a recolher

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.120	949
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico–FNDCT	44	43
Ministério de Minas e Energia – MME	22	24
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (a)	1.574	1.209
Programa de Eficiência Energética – PEE (a)	3.494	2.829
Programa de Eficiência Energética – PROCEL	99	180
Bandeiras Tarifárias	-	4.305
	<u>6.353</u>	<u>9.539</u>

- (a) Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética e pela Medida Provisória 998 de 1º de setembro de 2020. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, salvo determinação ou constatação em contrário desta¹, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em Curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

17. Obrigações estimadas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Folha de pagamento	636	566
Férias e encargos sobre férias	484	512
Provisão de férias	1.118	1.338
Participações nos lucros – empregados	18	17
Outros encargos sociais	532	490
	<u>2.788</u>	<u>2.923</u>

¹ Processo nº 48500.004937/2020-00



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

18. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

- a) A composição da provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

Processos judiciais	31/12/2022			31/12/2021		
	<u>Passivo</u> Valor da provisão	<u>Ativo</u> Depósitos Judiciais	<u>Provisão líquida</u>	<u>Passivo</u> Valor da provisão	<u>Ativo</u> Depósitos judiciais	<u>Provisão líquida</u>
Celesc	-	38.159	-	-	35.433	-
Cemid	2.176	-	2.176	2.200	-	2.200
Cíveis	1.402	5	1.397	1.988	73	1.915
Trabalhistas	-	-	-	-	44	44
Não circulante	3.578	38.164	3.573	4.188	35.550	4.159

- b) A movimentação dos processos cíveis, trabalhistas:

<u>ITENS</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>
Saldo inicial 31/12/2020	2.191	150
Adição	21.803	1.712
Reversão	(22.006)	(1.862)
Saldo final 31/12/2021	1.988	-
Adição	255	-
Reversão	(841)	-
Saldo final 31/12/2022	1.402	-

Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Cemid – Refere-se ao Processo Judicial nº 98.60.000872-8, que tramita perante a Vara da Justiça Federal em Chapecó, SC, no qual se discute o valor das redes de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Mista de Desenvolvimento Regional, Ltda. – CEMID, encampada através da Resolução ANEEL nº 155, de 12.05.98. O referido processo encontra-se no Tribunal Regional da 4ª Região aguardando julgamento.

19. Outras contas a pagar

	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contribuição de Iluminação Pública	339	-	321	-
Ajustes de faturamento	447	-	196	-
Suprimento – Micro geração	-	7.581	1.678	-
Aluguéis	50	-	61	-
Contribuições financeiras	14	-	14	-
Retenção de quotas da RGR	5	21	5	24
Indenizações Trabalhistas	4	-	10	-
Taxa de Fiscalização	10	-	9	-
Outros	605	-	72	-
	<u>1.474</u>	<u>7.602</u>	<u>2.366</u>	<u>24</u>

Contribuições financeiras – cobradas nas contas de energia elétrica, que de acordo com os contratos firmados serão repassados a diversas entidades.

Ajustes de faturamento – é composto de pagamentos efetuados em duplicidade, compensação de DIC/FIC, DIC/FIC/DMIC, etc., os quais são repassados aos consumidores através do faturamento.

Outros – O valor de R\$ 605 (R\$ 72 em 2021) refere-se a despesa reconhecida e contabilizada em seu período de competência, referente a diferenças de tarifa de suprimento de processos já finalizados.

20. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/21	Adições (A)	Transferências (D)	Valor Bruto em 31/12/22	Adições Brutas (A+D)	Adições Líquidas (A+B+C)
AIS Bruto = 2223.X.01/4	(53.051)	(4.563)	-	(57.614)	(4.562)	(4.562)
Part. da União, Est.e Munic.	(3.471)	-	-	(3.471)	-	-
Particip. Financ. do Cons.	(18.513)	(1.538)	-	(20.051)	(1.538)	(1.538)
Doações Subv.Dest. Invest.	(19.429)	(3.025)	-	(22.454)	(3.025)	(3.025)
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.683)	-	-	(2.683)	-	-
Outros	(8.956)	-	-	(8.955)	-	-
Ultrap.Dem. e Exced.Reat.	(8.190)	-	-	(8.190)	-	-
Outros	(765)	-	-	(765)	-	-
AIC = 2223.03/6	(1.189)	(8.438)	7.853	(1.774)	(584)	(8.438)
Particip. Financ. do Cons.	(455)	(3.090)	3.187	(358)	97	(3.090)
Outros	(734)	(5.348)	4.666	(1.416)	(682)	(5.348)
Ultrap.Dem. e Exced.Reat.	(295)	(924)	100	(1.119)	(824)	(924)
Outros	(439)	(4.424)	4.566	(297)	142	(4.424)
Amortiz.Acum.= 2223.X.02/5	15.517	2.278	-	17.795	2.277	2.277
Part. da União, Est.e Munic.	1.848	143	-	1.991	143	143
Particip. Financ. do Cons.	5.848	793	-	6.641	793	793
Doações Subv.Dest. Invest.	5.344	862	-	6.206	862	862
Pesquisa e Desenvolvimento	684	111	-	795	110	110
Outros	1.793	369	-	2.162	369	369
Ultrap.Dem. e Exced.Reat.	1.366	338	-	1.704	337	337
Outros	427	31	-	458	32	32

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Nº	DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1	ODI 48329/22 – Redes	1.211
2	ODI 73587/22 – Redes	862
3	ODI 91943/21 – Redes	801
4	ODI 50416/22 – Redes	526
5	ODI 69466/22 – Redes	492
6	ODI 89754/22 – Reguladores	487
7	ODI 70874/22 – Redes	252
8	ODI 94492/21 – Redes	205
9	ODI 89760/21 – Redes	194
10	ODI 92200/21 – Redes	187



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.388 (R\$ 6.388 em 31 de dezembro de 2021), representado por 25.966 Ações, cuja composição por acionista é a seguinte:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Netherinvest Participações Ltda.	23.752	91,47%
Outros	2.214	8,53%
	<u>25.966</u>	<u>100,00%</u>

b) Reserva de Lucros

A reserva de Lucros poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

A DCELT possui um percentual de 27% de reserva legal, já cumprindo a obrigação de 20% do capital social para empresas de Sociedade Anônima.

22. Receita operacional

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecimento de energia	136.923	158.580
Outras receitas (a)	27.521	26.850
	<u>164.444</u>	<u>185.430</u>
<u>Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
Imposto s/circ.de mercad. e serviços-ICMS	(25.605)	(34.214)
Programa de integração social – PIS	(2.316)	(2.660)
Contribuição p/financ. da seguridade social – COFINS	(10.670)	(12.252)
Imposto sobre serviços – ISS	(85)	(60)
<u>Encargos regulamentares da concessão</u>		
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(240)	(220)
Programa de eficiência energética –PEE	(601)	(632)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(11.890)	(5.992)
Taxa Fiscalização Serviços de Energia Elétrica–TFSEE	(116)	(106)
Fundo nac. desenvolvimento Científico e tecnol.–FNDCT	(240)	(275)
Ministério de Minas e Energia – MME	(120)	(137)
Bandeiras Tarifárias	(8.752)	(13.899)
Demais Ativos e Passivos Financeiros-Neutralidade	18.594	13.137
	<u>(42.041)</u>	<u>(57.310)</u>
Receita operacional líquida	<u>122.403</u>	<u>128.120</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

(a) Os saldos de Outras Receitas são compostos por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviço Taxado	392	338
Serviços de administração, faturamento e arrecadação de convênios e serviços solicitados pelo consumidor	3	25
EUSD - Consumidores Livres	23.158	24.463
Aluguel de postes	2.567	1.785
Subvenções vinculadas ao serviço concedido-Baixa renda	1.401	239
	<u>27.521</u>	<u>26.850</u>

No Exercício de 2022 e 2021, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores segue no quadro abaixo. Importante destacar que o número de consumidores se refere a todos os consumidores movimentados ao longo do ano de 2022 para a energia consumida total faturada.

ITENS	Nº consumidores		MWh		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Residencial	29.287	28.799	71.918	67.750	38.396	36.748
Industrial	1.637	1.494	28.707	28.129	33.285	34.499
Comercial	4.562	4.482	43.105	41.023	22.857	21.436
Rural	4.801	4.772	39.447	39.356	19.442	18.450
Poder Público	414	416	5.106	4.411	2.821	2.493
Iluminação Pública	7	7	9.698	9.598	2.966	3.170
Serviço Público	55	53	4.794	4.520	2.179	2.035
Subtotal	40.763	40.023	202.775	194.787	121.946	118.831
ICMS Faturado	-	-	-	-	25.605	34.214
PIS	-	-	-	-	2.274	2.633
COFINS	-	-	-	-	10.475	12.125
Fornec. Não faturado	-	-	-	-	(219)	1.071
TOTAL	40.763	40.023	202.775	194.787	160.081	168.874

23. Custos do serviço e despesas operacionais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Energia elétrica comprada para revenda (e)	47.765	64.392
Encargo de uso do sist. de transm. e distribuição	40.548	40.528
Pessoal (a)	13.320	14.233
Material (b)	1.741	1.082
Serviços de terceiros (c)	3.383	3.369



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Depreciação e amortização	1.515	1.433
Arrendamentos e aluguéis (d)	736	731
Outros (f)	3.402	2.290
	<u>112.410</u>	<u>128.058</u>
a) Pessoal		
Remunerações	11.147	11.306
Encargos sociais	3.282	4.005
Auxílio alimentação	595	375
Convênio assistencial e outros benefícios	540	647
(-) Transferências p/imobilização em curso	(2.244)	-2.100
	<u>13.320</u>	<u>14.233</u>
b) Material		
Manutenção do Sist. Elétrico e Equipamentos	1.175	750
Reparos, limpeza e uniformes e ferramentas	105	54
Peças, Acessórios e Combustível p/ Veículos	631	473
Material de Expediente	127	69
(-) Transferências p/Contas Patrimoniais	(297)	-264
	<u>1.741</u>	<u>1.082</u>
c) Serviços de terceiros		
Consultoria e auditoria	653	511
Manutenção sistema elétrico e equipamentos	320	434
Limpeza, conserv.de prédios e segurança	56	39
Conserto e conservação de veículos	128	102
Processamento de dados	840	767
Comunic., correios, reprografia e publicidade	14	462
Frete, passagens, hospedagem e alimentação	43	51
Progr.de controle médico da saúde ocupacional	61	47
Formação profissional de empregados	18	9
Honorários advocatícios	1.308	1.009
Negativação SPC/SERASA	3	-
(-) Transferências p/contas patrimoniais	(61)	-62
	<u>3.383</u>	<u>3.369</u>
d) Arrendamentos e aluguéis		

Valor de R\$ 736 em 2022 (R\$ 731 em 2021) compreende ao contrato de locação com a empresa Dimetal Distribuidora de Produtos Metalúrgicos Ltda., de imóveis urbanos situados na cidade de Xanxerê - SC, com prazo de 60 meses a partir de 04/11/2020, reajustados pelo IGPM, com anuidade da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 876 de 26/03/2013.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Valor de R\$ 133 em 2022 compreende ao contrato de aluguel e gestão de frotas, firmado para locação de veículos com a empresa Localiza Fleet S/A assinado em maio de 2021. A vigência se dará por cada locação de veículo, individualmente, que será por 2 anos cada locação, podendo ter sua vigência prorrogada por meio de Termo Aditivo Contratual.

Os valores contratados serão corrigidos monetariamente, individualmente para cada carro efetivo, a cada 12 meses, contados do início de sua cobrança, considerando a variação positiva do IPCA-IBGE.

e) Energia elétrica comprada para revenda

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, está sendo somado junto com a energia elétrica comprada para revenda, de acordo com o que determina o Ofício Circular Nº 2.775/2008-SFF/ANEEL de 24/12/2008.

	MWh		Uso do sistema de distribuição			
	(valores não auditados*)		CUSD – 2022		CUSD – 2021	
	31/12/2022	31/12/2021	Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta
Celesc Dist. S/A	-	-	576.184	601.501	582.840	610.413
FOCUS ENERGIA (bilateral)	124.420	158.776	-	-	-	-
ITAIPÚ	42.829	44.128	-	-	-	-
PROINFA	4.408	4.487	-	-	-	-
Outras Fontes de Energia	64.185	42.786	-	-	-	-
Total	235.841	250.177	576.184	601.501	582.840	610.413

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

f) Outras despesas

	31/12/22	31/12/21
Seguros	9	13
Tributos e contribuições Municipais, Estaduais e Federais e taxas diversas	91	114
Doações, contribuições e subvenções	26	29
Provisão estimada p/créd.de liquidação duvidosa	98	132
Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia (a)	(293)	(172)
Provisão para causas cíveis	(610)	(352)
Consumo próprio de energia elétrica	58	61
Assinaturas de livros, revistas e informativos fiscais	2	3
Pesquisa da satisfação do consumidor	-	22
Danos elétricos pagos aos consumidores	989	755
Indenizações Trabalhistas	9	-
Conselho de Consumidores	16	37



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Desativação de redes	2.046	1.281
Comunicação	131	-
Reprografias	19	-
Propaganda e Publicidade	401	-
Taxa de Arrecadação	333	-
Taxas Bancárias	42	-
Outras despesas	35	367
	<u>3.402</u>	<u>2.290</u>

(a) Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia, que não constitui uma Unidade de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Portaria DNAEE n.º 815 de 30 de novembro de 1994.

24. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Financeira		
Variação monetária - Ativo financeiro setorial	956	-
Variação monetária	290	476
Outras receitas financeiras	878	2.094
	<u>2.124</u>	<u>2.570</u>
Despesa Financeira		
Variação monetária - Passivo financeiro setorial	(13)	-
Variação monetária	(115)	(733)
Multas e juros moratórios	(2.615)	(495)
Encargos setoriais	(518)	-
Outras despesas financeiras	(624)	(279)
	<u>(3.885)</u>	<u>(1.507)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.761)</u>	<u>1.063</u>

25. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a) Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo		Passivo	
	2022	2021	2022	2021
CSLL Diferido	617	663	884	-
IRPJ Diferido	1.426	1.555	2.455	-
	2.043	2.218	3.339	-

Foram excluídos na apuração das bases de cálculo dos tributos diferidos na contabilidade regulatória, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

Os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

A Companhia submeteu para aprovação o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

IMPOSTOS CORRENTES	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	8.232	8.232	1.466	1.466
Adições/Exclusões:	(8.135)	(8.135)	(2.813)	(2.813)
_ Provisão para contingências	(610)	(610)	(352)	(352)
_ Provisão est. p/créd. de liquidação duvidosa	98	98	132	132
_ Compensação Prejuízo Fiscal	-	-	-	-
_ Outras Exclusões	(7.623)	(7.623)	(2.593)	(2.593)
_ Compensação Base Negativa	-	-	-	-
Base de Cálculo	97	97	(1.347)	(1.347)
Alíquota Fisc. de 15% p/IRPJ e 9% p/CSLL	14	9	-	-
Adicional de 10% s/o que ultrapassar 240.000,00	-	-	-	-
Impostos Correntes Devidos	14	9	-	-
Total provisão corrente registrada		23		-



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

IMPOSTOS DIFERIDOS	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Ativo Fiscal Diferido	(78)	(78)	(116)	(116)
Passivo Fiscal Diferido	(5.621)	(5.621)	4.714	4.714
Prejuízo Fiscal (Parte B do Lalur)	1.581	-	1.622	-
Base negativa da CSLL	-	2.730	-	2.772
	(4.119)	(2.969)	6.220	7.370
Impostos Diferidos Devidos	(1.029)	(267)	1.555	663
Impostos Dif. no Exercício Anterior	(1.555)	(663)	(1.304)	(572)
Provisão Diferida Registrada	(2.584)	(930)	251	90
Total provisão diferida registrada	(3.515)		341	

A forma de apuração de cálculo dos tributos dos anos de 2022 e 2021 foi pelo lucro real estimativa.

26. Instrumentos financeiros

Considerações gerais

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, consumidores e clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio. O critério de avaliação é pelo valor justo e por meio do resultado:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	926	926	8.578	8.578
Consumidores e clientes	26.003	26.003	24.637	24.637
Depósitos judiciais	38.164	38.164	35.550	35.550
	<u>65.093</u>	<u>65.093</u>	<u>68.765</u>	<u>68.765</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Passivos financeiros

Fornecedores	52.637	52.637	50.797	50.797
Empréstimos e financiamentos	5.961	5.961	445	445
	<u>58.598</u>	<u>58.598</u>	<u>51.242</u>	<u>51.242</u>

a. Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

b. Valor justo dos ativos financeiros

Os saldos contábeis compreendem aos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e não saldos que apresentem diferenças entre o valor contábil e de mercado dos ativos e passivos:

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado.
- **Consumidores e clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

d. Fatores de risco

- **Risco de crédito** – Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

- **Risco de liquidez** – O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 13. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado serão renegociados.

- **Risco Cambial** – Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente não há exposição ao câmbio em sua dívida.

- **Risco de vencimento antecipado** – A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que requerem o cumprimento de *covenants* ativos em 31 de dezembro de 2022.

- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** – As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia.

- **Risco de Escassez de Energia** – O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, mas não comprometeria o resultado da Companhia na mesma proporção. Com o advento do GD (geração distribuída) a cada ano o risco de escassez torna-se mais irrelevante e menos propenso a acontecer.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

e. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

27. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

<u>Energia Contratada</u>	<u>Vigência</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>Após 2026</u>
Focus Energia, ITAIPU, PROINFA, Angra e Outras Cotas	2011/2035	250.178	250.178	250.178	250.178	2.147.358

Abaixo consta a energia total adquirida em 2022:

Energia Total Adquirida em 2022	264.625
Liquidação na CCEE	(30.530)
Energia Líquida Adquirida em 2022	234.095

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCVEE, e foram homologados pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

28. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada	Prêmio Total R\$ mil
Veículos (a)	20/08/2023	100% Fipe	16

(a) 18 veículos próprios segurados, conforme apólices.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

29. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica. A Companhia adota o regime de competência para a contabilização dos lançamentos na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais 25 e 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003, respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 15 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Companhia, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Os Ativos e Passivos Regulatórios estão com seus saldos em 31/12/2022 apresentados conforme a tabela a seguir:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Ativo

Reajuste tarifário de 2022 em compensação

	2022		2021	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Conta de Desenvolvimento Energético – CVA CDE	3.011	-	1.296	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE – COVID	182	-	-	-
Progr.incen. a fontes alternat. de energia-CVA Proinfa	668	-	179	-
Progr.incen. fontes alternat. de energia-Proinfa-COVID	-	-	132	-
Custos energia elétr. comprada p/revenda-CVA energ.	-	-	2.595	-
Transporte de energia elétrica-Itaipu Binacional	139	-	120	-
Encargo de Serviços do Sistema – CVA ESS	2.956	-	502	-
Encargo de Serviços do Sistema – ESS – COVID	-	-	1.289	-
Transporte de energia pela rede básica	41	-	34	-
Neutralidade da Parcela A	669	-	-	-
Neutralidade da Parcela B – Covid	-	-	4	-
Neutralidade Crédito PIS/Cofins	26	-	-	-
Neutralidade Encargo CDE Covid TUSD/TE	9	-	-	-
Sobrecontratação de energia	-	-	770	-
Antecipação da Parcela B – Covid	-	-	97	-
Ajuste do CUSD	30	-	-	-
	7.731	-	7.018	-

Varição capturada para reajuste tarifário em 2023

Conta de Desenvolvimento Energético – CVA CDE	1.461	85	203	9
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	133	7	76	1
Transporte de energia pela rede básica	23	1	7	-
Sobrecontratação de energia	5.002	78	-	-
Risco Hidrológico	1.733	-	-	-
Encargo de Uso do Sistema – ESS	-	-	4.834	128
Neutralidade da Parcela A	-	-	1.393	-
Ajuste do CUD	72	3	48	-
Ajuste de Subsídio CDE	474	3	-	-
Diferimento PIS/COFINS na Tarifa	15.276	564	21.532	167
Outros Ativos Financeiros	2.627	-	2.627	-
	26.801	742	30.720	305
TOTAL	34.532	742	37.739	305



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Passivo

Conta de desenvolvimento energético – CDE – COVID
Custos de energia elétrica comp. p/revenda – COVID
Custos de energia elétrica comprada p/revenda – CVA
Transp. de energia elétrica – Itaipú Binacional – COVID
Neutralidade da Parcela A
Neutralidade da Parcela A – RB
Neutralidade da Parcela B – COVID
Sobrecontratação de Energia
Custo Distribuição – Conta Covid TUSD/TE
Arrecadação Encargo CDE Covid Migrantes
Bônus Itaipú
Conta Escassez Hídrica
Ajuste de CUSD
Reversão Créd. Rescisão Contr. E Migr. de Consumidores
Conselho de Consumidores
Risco Hidrológico
Bônus Redução Voluntária

	2022		2021	
	-	-	588	-
	-	-	2.722	-
	2.216	-	-	-
	-	-	83	-
	-	-	72	-
	-	-	36	-
	2	-	-	-
	1.096	-	-	-
	19	-	-	-
	38	-	-	-
	1.403	-	-	-
	276	-	-	-
	-	-	131	-
	-	-	86	-
	-	-	151	-
	3.949	-	2.967	-
	593	-	-	-
	9.592	-	6.836	-

Varição capturada para reajuste tarifário em 2023

Conta de Desenvolvimento Energético- CVA CDE
Custos energia elétrica compr. p/revenda-CVA energ.
Encargo de Uso do Sistema – ESS
Neutralidade da Parcela A
Sobrecontratação de energia
Risco Hidrológico
Diferimento PIS/COFINS na Tarifa

	-	-	489	18
	770	26	2.676	36
	1.121	42	-	-
	3.060	53	-	-
	-	-	2.622	37
	-	-	2.201	-
	14.593	553	21.465	84
	19.544	674	29.453	174
	29.136	674	36.289	174

TOTAL

30. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

30.1 Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios referente ao cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

30.2 Imobilizado / Intangível / Obrigações Vinculadas à Concessão

Os ajustes são decorrentes das diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais foi bifurcado em ativo intangível e financeiro.

30.2.1 Reavaliação compulsória

O ativo imobilizado está registrado com base na reavaliação regulatória compulsória, conforme definido nos artigos 3º e 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015, apurada pelo Valor Novo de Reposição (VNR) na data base julho de 2021, em contrapartida à rubrica de reserva de avaliação patrimonial.

As aquisições posteriores a data base da reavaliação, estão registradas ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor de recuperação. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

30.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 674/2015 e as taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução que compõe o MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 674, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

30.3 Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes de receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica e (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

30.4 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01) (resultado)

Os ajustes são decorrentes da capitalização de gastos como ativos com aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente.

30.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes do registro de tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias entre as contabilizações societárias e regulatórias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

30.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Societário	19.373	15.106
Efeito ajustes entre contab. Societária X Regulatória		
Reservas de Lucros	(1.286)	(1.286)
Reavaliação regulatória compulsória	9.104	9.104
Lucro (Prejuízo) acumulado regulatório	(5.226)	(5.653)
Regulatório	<u>21.965</u>	<u>17.271</u>

Reavaliação regulatória compulsória – montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor desta Resolução e dos ciclos seguintes, a débito e a



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

crédito das contas do Ativo Imobilizado e Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, em contrapartida da conta do Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação.

Prejuízo acumulado – efeito dos encerramentos dos exercícios, onde a destinação de lucro na contabilidade societária supera a contabilidade regulatória e efeitos da parcela da reavaliação regulatória compulsória contabilizada diretamente em lucros acumulados.

31. Eventos Subsequentes

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Verde para o mês de janeiro de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Em 21 de dezembro de 2022 a DCELT emitiu Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de DEBÊNTURES simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, que foi efetivada em fevereiro de 2023 após posicionamento da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica e o 1ª (primeiro) aditamento com as seguintes características:

- (a) **Emissora:** DCELT – DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.;
- (b) **Valor Total da Emissão:** R\$ 23.658.000,00 (vinte e três milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil reais);
- (c) **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado anualmente, pela variação acumulada do Índice de Preço ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, calculada de forma exponencial e cumulativa pro *rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures;
- (d) **Remuneração:** As Debêntures farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado de remuneração de 10% (dez por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro *rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive);
- (e) **Pagamento da Remuneração das Debêntures:** A Remuneração das Debêntures será paga pela Emissora em 36 (trinta e seis) parcelas semestrais, no dia 28 dos meses de junho e dezembro, a partir de 28 de junho de 2023 (inclusive), sendo o último pagamento na Data de Vencimento, conforme datas previstas no Anexo I da Escritura de Emissão;
- (f) **Amortização das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário Atualizado será pago pela



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Emissora em 35 (trinta e cinco) parcelas semestrais, sempre no dia 28 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 28 de dezembro de 2023, sendo o último pagamento na Data de Vencimento, conforme datas previstas no Anexo I da Escritura de Emissão;

(g) **Data de Vencimento:** 28 de dezembro de 2040 ("Data de Vencimento"); e

(h) **Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, acrescido da Remuneração devida, que continuará a incidir sobre o valor original do débito em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

DIRETORIA EXECUTIVA

Leandro Parizotto
Diretor Presidente

Antonio Claudio Baldissera
Diretor

Ana Paula Torres
Diretora

Wagner Luiz Teles
Contador
CPF 607.476.769-68
CRC 1SC16365



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, decorrentes dos trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, sujeita-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Atenciosamente,

Leandro Parizotto
Diretor Presidente
CPF: 796.623.159-34

Antonio Claudio Baldissera
Diretor
CPF: 219.767.759-49

Ana Paula Torres
Diretora
CPF: 248.659.378-03

Wagner Luiz Teles
Contador
CPF 607.476.769-68
CRC 1SC16365

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º – Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

....

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica S.A
Xanxerê - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica S.A (DCELT ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica S.A - DCELT em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2023.



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1